

PIRES, Gabriel Lino de Paula. **O perfil da atuação do Ministério Público Brasileiro**: os princípios institucionais da independência funcional, da unidade e da indivisibilidade sob a ótica da segurança pública. 2018. 140 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. --- *Localização*: 323.28 / Te278

INTRODUÇÃO01

**CAPÍTULO I – TRAÇOS CONSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO
BRASILEIRO (PARTE I) – A DIREÇÃO E O SENTIDO DADOS À JOVEM
INSTITUIÇÃO**

1.1 A missão da instituição	04
1.1.1 Suas macrofinalidades	07
1.1.1.1 A defesa da ordem jurídica	07
1.1.1.2 A defesa dos interesses sociais	13
1.1.1.3 A defesa do regime democrático	28
1.1.1.4 O inter-relacionamento entre as macrofinalidades	32
1.1.2 A separação da instituição em relação aos outros Poderes de Estado (a tendência de afastamento do Estado e aproximação da sociedade)	34

**CAPÍTULO II – TRAÇOS CONSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO
BRASILEIRO (PARTE II) – O PERFIL DE ATUAÇÃO DEFINIDO PELOS
PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS**

2.1 Os princípios institucionais do Ministério Público Brasileiro	41
2.1.1 A unidade	43
2.1.2 A indivisibilidade	45
2.1.3 A independência funcional	47
2.2 O Ministério Público no panorama jurídico do Brasil na atualidade	51
2.2.1 A crescente relevância institucional do <i>Parquet</i>	51
2.2.2 A crescente atuação no campo extrajudicial	55
2.2.3 As responsabilidades correspondentes à relevância institucional	62

**CAPÍTULO III - A RELEVÂNCIA DA NOÇÃO DE SEGURANÇA JURÍDICA NO
DIREITO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL**

3.1 Complexidade social e significação do direito no mundo contemporâneo	64
3.2 A delimitação teórica da noção de segurança jurídica para esta tese	68
3.3 A segurança jurídica no aspecto da uniformização das decisões e soluções jurídicas	71

CAPÍTULO IV - A COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, À LUZ DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA

4.1 A exigência de atuação uniforme e os postulados	75
4.2 O regramento da atuação do Ministério Público e a flexibilidade das soluções propostas pela instituição: fatores que agravam a complexidade da questão	78
4.3 Discricionariedade do membro do Ministério Público e independência funcional	79
4.4 A distinção entre atividades-meio (ato/decisão administrativa) e atividades-fim (ato/decisão funcional), a relevância e as consequências da distinção	81
4.5 A interação equilibrada entre os princípios institucionais (independência funcional, unidade e indivisibilidade)	85
4.6 A atuação dos princípios institucionais na construção da norma de solução de cada caso apresentado ao Ministério Público	93

CAPÍTULO V - REFLEXOS DA LEITURA ADEQUADA DO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL NA ATUAÇÃO CONCRETA DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5.1 A possibilidade de formulação de teses/entendimentos institucionais, <i>de lege lata</i>	96
5.2 A força vinculante (<i>ou influente</i>) das teses formuladas, no modo de equilíbrio proposto para interpretação e aplicação dos princípios institucionais do Ministério Público	100
5.3 O modo de construção das teses institucionais	113
5.4 Os órgãos incumbidos da efetivação dos princípios integrativos do Ministério Público pela edição de teses	120

CONCLUSÃO	126
------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA	130
---------------------------	------------